

DESENVOLVIMENTO DE UM SERVIÇO DE ATENÇÃO FARMACÊUTICA A USUÁRIAS DE CONTRACEPTIVOS DE EMERGÊNCIA NA CIDADE DE SANTARÉM-PA

Vanessa Wayne Palhares da Silva; Flávia Garcez da Silva²

¹Estudante do Curso de Farmácia- ISCO/UFOPA - E-mail: vanessa-wayne29@hotmail.com; ²Docente do curso de Farmácia - ISCO/UFOPA - E-mail: fgarcez@yahoo.com.br.

RESUMO: O contraceptivo de emergência (CE), é um método empregado para prevenção de gestação indesejada após relação sexual desprotegida ou falha na anticoncepção de rotina. O objetivo foi desenvolver um serviço de atenção farmacêutica visando aumentar a efetividade do medicamento e garantir o seu uso racional em duas Unidade Básica de Saúde da Família (UBS). Este estudo foi desenvolvido em UBS dos bairros Conquista e Jaderlândia na cidade de Santarém-PA, onde realizou-se palestras interativas voltadas à equipe multiprofissional da UBS e aos Agente Comunitários de Saúde (ACS) no total de 57 profissionais e as mulheres atendidas nessas unidades. Na ocasião, foram realizadas dinâmicas em grupo para promover a troca de experiências e palestras sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), principais métodos contraceptivos e contracepção de emergência, incluindo posologia, efeitos adversos, interações medicamentosas e quando este medicamento deve ser utilizado. Além desses temas, os profissionais receberam orientações quanto as etapas da dispensação do contraceptivo de emergência, já que estes atendem diretamente a usuária que busca o medicamento na UBS. Foram produzidos panfletos com as principais informações a respeito da “pílula do dia seguinte” disponibilizados para as usuárias, com alertas sobre IST's e orientações farmacêuticas. Ressalta-se que a ausência do profissional farmacêutico na atenção básica de saúde para prestar orientações sobre o uso correto do medicamento requer, no mínimo, trabalhos voltados para promoção do cuidado em saúde para a população.

Palavras-chave: atenção farmacêutica; postcoital contraceptives; saúde feminina; unidade básica de saúde.

INTRODUÇÃO

O contraceptivo de emergência (CE) ou contracepção pós-coital é um método medicamentoso oral para evitar gravidez indesejada após relação sexual desprotegida ou inadequadamente protegida (CLAE e FLASOG, 2015; PACHECO et al., 2015). Apesar de também ser popularmente conhecida como “pílula do dia seguinte”, pode ser utilizada logo após a relação ou até os 5 dias subsequentes, entretanto a eficácia do medicamento diminuiu proporcionalmente ao passar dos dias (CLAE e FLASOG, 2015; BRASIL, 2012). Embora seja utilizado a fim de evitar a gravidez, não se trata de um medicamento abortivo, sendo assim não apresenta efeito caso a fecundação já tenha ocorrido nem há risco de malformações fetais (PACHECO et al., 2015). O Levonorgestrel é o contraceptivo de emergência dispensado na rede pública de saúde, este contém somente progestágeno, o que reduz a incidência de efeitos adversos e não interage diretamente com outros medicamentos (BRASIL, 2011, 2012; FONTELES et al., 2016). Apresenta-se com 2 comprimidos de 0,75 mg administrado a cada 12 horas ou juntos em dose única ou somente uma dose no se a composição for de 1,5 mg, (BRASIL, 2011, 2012). O medicamento foi inserido no programa da Rede Cegonha, instituída em junho de 2011, a fim de evitar a morbimortalidade materna consequente da gravidez indesejada e abortamento inseguro (BRASIL, 2012).

A venda desses medicamentos gerou grandes discussões em vários países como Estados Unidos, Reino Unido, França e Canadá para estabelecer quem e como o consumidor poderia adquiri-lo (PAIVA & BRANDÃO, 2012). A fim de evitar gravidez na adolescência e abortos, este medicamento passou a ser vendido sem prescrição médica para mulheres com idade mínima de 16 anos (HICKEY & SHEDLIN, 2017). Diante dessas regulamentações, na França houve um significativo crescimento no uso de CE, principalmente entre mulheres com idade abaixo de 25 anos e em 2004 cerca de 85% das mulheres já haviam obtido CE diretamente das farmácias (PAIVA & BRANDÃO, 2012). No Brasil, o crescente uso de CE evidencia-se através dos dados apresentados pela Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS). Em 1996 o contraceptivo de emergência não apareceu na pesquisa, se sobressaindo na PNDS de 2006 em que 12% das mulheres entre 15 e 49 anos sexualmente ativas já haviam utilizado o método alguma vez (BRANDÃO, 2017). Durante este mesmo período, o medicamento era o quinto método mais utilizado para anticoncepção por todas as mulheres e o terceiro mais utilizado por mulheres não unidas (BRANDÃO, 2017).

A utilização indiscriminada dos contraceptivos de emergência, que podem ser adquiridos facilmente em farmácias comerciais sem prescrição médica, somada a falta de orientação, geram grandes preocupações (FONTELES et al., 2016). Dentre elas a substituição dos métodos regulares de anticoncepção por este método, a vulnerabilidade a Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) pelo abandono do uso de preservativos e a ineficácia do medicamento após usos repetidos e prolongado (FONTELES et al., 2016). Por isso é essencial que os profissionais de saúde estejam

capacitados para promoverem informações e o método, para que haja o uso racional dos contraceptivos de emergência. Com isso, o objetivo do presente estudo foi traçar o perfil das usuárias de contraceptivos de emergência e desenvolver um serviço de atenção farmacêutica voltado às mulheres visando reduzir o uso indiscriminado deste. Além de capacitar de profissionais de saúde e Agentes Comunitários de Saúde (ACS) para promoverem o acesso à informação nas comunidades em que estão inseridos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O projeto ocorreu em duas Unidades Básicas de Saúde localizadas nos bairros Conquista e Jaderlândia da cidade de Santarém-Pará, Brasil, previamente reconhecido pela Secretaria Municipal de Saúde de Santarém. Desenvolveu-se um plano de ação que alcançasse tanto a equipe de trabalho das UBS quanto as usuárias de medicamentos de acordo com o nível de interesse para cada público. Durante essas palestras houve a abordagem de assuntos tais como: Infecções Sexualmente Transmissíveis, os métodos contraceptivos em geral, além da orientação específica sobre o uso, posologia, reações adversas, interações medicamentosas e em qual momento deve-se utilizar os contraceptivos de emergência. As ações voltadas aos profissionais de saúde e Agentes Comunitários de Saúde (ACS) ainda incluíam procedimentos para a dispensação deste medicamento. Quanto as usuárias, realizou-se as orientações de maneira mais simplificada e interativa para que estas se sentissem muito mais à vontade para esclarecer suas dúvidas e experiências. Também foram produzidos panfletos informativos com as principais orientações a respeito do uso de CE, disponíveis nas UBS em estudo, objetivando a orientação da população feminina e a promoção o uso racional deste medicamento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto realizou ações voltadas a equipe de 30 profissionais das unidades básicas de saúde incluindo os agentes comunitários de saúde, que são peça fundamental para a propagação de informação. São os ACS os responsáveis por acompanhar as famílias do bairro e serem mediadores entre a UBS e a comunidade, por visitarem a casa dessas pessoas estabelecem um vínculo que permite tratar de certos assuntos mais facilmente (COSTA et al., 2013). Mesmo os profissionais de saúde veem a necessidade de retomar assuntos como infecções sexualmente transmissíveis e métodos anticoncepcionais apesar de já terem um conhecimento prévio, funciona como uma troca de saberes e atualizações. Muitos desconheciam a adequação do termo Doença Sexualmente Transmissíveis (DST) para Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) que passou a ser utilizado no Brasil a partir da publicação do Decreto nº 8.901/2016 no Diário Oficial da União em 11.11.2016, Seção I, páginas 03 a 17 pelo Ministério da Saúde ("Departamento passa a utilizar nomenclatura 'IST' no lugar de 'DST'", [s.d.]). A "doença" é caracterizada por sinais e sintomas, entretanto as DST mais comuns não apresentam sintomas iniciais, por isso denominou-se "infecção" no qual o vírus ou bactéria está presente no indivíduo sem apresentar sinais ou sintomas perceptíveis, mas que pode desenvolver doença futuramente ("STDs/STIs |", [s.d.]).



Figura 1. Equipe profissional da UBS Jaderlândia (à esquerda) e UBS Conquista (à direita).

Como o contraceptivo de emergência é disponibilizado pelo SUS, embora não houvesse estoque desse medicamento na UBS Jaderlândia, foi-lhe apresentada informações como: quando a utilização, posologia, interações medicamentosas, mecanismo de ação, eficácia do CE e efeitos adversos. Sem a presença do farmacêutico, são os próprios enfermeiros e técnicos que fornecem os medicamentos, por isso abordamos as etapas do ato de dispensação

de CE para a paciente e as orientações que devem ser dadas a ela nesse momento. Em seu estudo Alano et al. (2012) mostrou que apenas 35,3% das mulheres recebiam orientação ao adquirir o medicamento, em que 75,5% delas receberam orientação quanto ao intervalo das doses, 57,1% sobre o tempo de uso após a relação sexual e 18,4% sobre os efeitos colaterais do CE (ALANO et al., 2012). A orientação é fundamental para obter o efeito desejado do medicamento e evitar o uso incorreto deste causado pela falta de informação ou conhecimento advindo de pessoas não capacitadas. Os profissionais atendidos mostraram-se totalmente satisfeitos em relação ao trabalho realizado, considerando de grande relevância os assuntos abordados com clareza e atendendo as suas expectativas. Isso é comprovado pelos relatos colhidos dessas pessoas:

*“Muito produtivo, houve assuntos esclarecidos nas quais não havia conhecimento. Parabéns!”
“Só parabeniza-los, gostei muito, como se fosse uma reciclagem, amei.”*
(Relatos colhidos na UBS Jaderlândia)

*“A palestra foi muito satisfatória, e bem importante para o nosso trabalho, principalmente, pra nós que trabalhamos diretamente com as famílias.”
“O assunto abordado é de grande relevância para os profissionais. Será interessante estender-se à comunidade em geral. Obrigada.”*
(Relatos colhidos na UBS Conquista)

Em outro momento retornamos às unidades para tratar desses assuntos junto à população feminina, com a participação de 27 mulheres na reunião, grande parte estava inclusa no programa de planejamento familiar da UBS. Os assuntos foram abordados de maneira mais simples e lúdica, nas quais suas dúvidas e experiências eram valorizadas. Para a ocasião desenvolvemos uma dinâmica que fosse atual e atraísse o interesse dos presentes, elas receberam plaquinhas com os símbolos “like/dislike” (“curtir/não curtir”) com a qual poderiam expressar se concordava ou não com as afirmações sobre a pílula do dia seguinte. Quando a resposta se a afirmação era verdadeira ou falsa era revelada, muitas se mostravam surpresas, momentos em que eram esclarecidas suas dúvidas e surgiam vários relatos de experiências vividas com o uso do CE. Apesar da educação em saúde aplicada ao programa de planejamento familiar ser de grande importância para assegurar a escolha do melhor método anticoncepcional, dar suporte para evitar gravidez indesejada e atuar na prevenção de IST, ainda tem pouca participação da população jovem (SILVA et al., 2015). Por isso é necessário que os ACS incentivem a população feminina em idade fértil a participar das ações realizadas na UBS e cabe aos profissionais adotarem metodologias lúdicas, trocas de técnicas e experiências, transformando a compreensão dessas pessoas e promovendo o autocuidado (SILVA et al., 2015).



Figura 2 e 3. Usuárias atendidas na UBS Jaderlândia (a esquerda) e UBS Conquista (a direita)

Muitas usuárias se surpreenderam ao saber que o uso de alguns antibióticos como penicilina, amoxicilina e rifampicina diminuíam a eficácia terapêutica dos anticoncepcionais orais, incluindo os contraceptivos de emergência (RANG, 2016, p. 433-434; WHALEN, FINKEL, PANAVELIL, 2016, p. 357). Logo começaram a lembrar de casos que aconteceram próximos a elas ou com elas mesmas, mostrando a importância de buscar sempre a orientação de um profissional farmacêutico e evitar a automedicação, já que antes era muito comum o uso dos antibióticos sem prescrição médica. Acreditar que o contraceptivo de emergência pode ser um medicamento abortivo é um grande equívoco que pode levar a mulher a utilizá-lo a fim de interromper a gravidez, quanto inibir seu uso no momento propício devido as crenças ou moralidades a respeito do assunto. Porém esse medicamento não ocasiona o aborto, uma vez que age impedindo a fecundação do óvulo e se houver gravidez, ele não causa dano ou má formação no feto (TRUSSELL & JORDAN, 2006). Essas simples informações fazem diferença nas escolhas feitas pela mulher e na ocasião foi possível esclarecer esse mito através do olhar científico, transformando a compreensão das participantes. Ao final da ação, as usuárias puderam avaliar o conteúdo apresentado, mostrando-se satisfeitas e com suas dúvidas esclarecidas, como podemos comprovar nos dois comentários abaixo:

“Eu gostei muito. Descobri muitas coisas que não sabia. Vocês estão de parabéns”
“Gostei bastante, principalmente sobre os antibióticos que cortam o efeito dos anticoncepcionais.”
(Depoimento das participantes da ação)

CONCLUSÕES

Abordar assuntos como o uso de contraceptivos de emergência é de extrema importância para a saúde feminina, embora ainda haja resistência ao tratar do tema. A educação em saúde é o melhor caminho para promover o auto cuidado, evitar o uso incorreto ou abusivo do medicamento e prevenir doenças. Além de conscientizar tanto os profissionais de saúde quanto a população sobre a importância do farmacêutico para prestar as devidas orientações ao paciente, a fim de garantir o efeito terapêutico e a segurança de quem usa o medicamento.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão (PROCCE) da UFOPA pelo auxílio financeiro concedido através do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX). À Secretaria Municipal de Saúde de Santarém por permitirem a realização do estudo nas Unidades Básicas de Saúde e à equipe que nos prestou apoio nestes locais.

REFERÊNCIAS

ALANO, G. M.; COSTA, G. M.; MIRANDA, L. R.; GALTO, D. Conhecimento, consumo e acesso à contracepção de emergência entre mulheres universitárias no sul do Estado de Santa Catarina. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 9, p. 2397-2404, 2012.

BRANDÃO, E. R. O atendimento farmacêutico às consumidoras da contracepção de emergência. **Saúde Soc.** São Paulo, v. 26, n. 4, p. 1122-1135, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Anticoncepção de emergência: perguntas e respostas para profissionais de saúde.** Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 44 p. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde), 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo para utilização do levonorgestrel.** 1º ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012.

CLAE, CONSORCIO LATINOAMERICANO DE ANTICONCEPCIÓN DE EMERGENCIA; FLASOG, FEDERACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIEDADES DE OBSTETRICIA Y GINECOLOGÍA. **Pílulas anticoncepcionais de emergência: orientações médicas e de prestação de serviços.** 1º edição em português, 2015.

COSTA, S. M. ARAUJO, F. F.; MARTINS, L. V.; NOBRE, L. L. R. ARAUJO, F. M; RODRIGUES, C. A. Q. Agente Comunitário de Saúde: elemento nuclear das ações em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 2147-2156, 2013.

Departamento passa a utilizar nomenclatura “IST” no lugar de “DST”. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/es/node/59358>>. Acesso em: 12 out. 2018.

CAVALCANTE, S. C.; SOARES, M. A.; FEIJO, C. M.; FONTELES, M. M. F. Perfil de utilização de anticoncepcional de emergência em serviços de atendimento farmacêutico de uma rede de farmácias comunitárias. **Electronic Journal of Pharmacy**, v. 13, n. 3, p. 131-139, 2016.

HICKEY, M. T.; SHEDLIN, M. G. Emergency contraceptive pill users' risk perceptions for sexually transmitted infections and future unintended pregnancy. **Jornal of the American Association of Nurse Practitioners**, p. 527- 534, 2017.

PACHECO, A. et al. Recomendações sobre contracepção de emergência. **Sociedade Portuguesa da Contracepção**, 2015.

PAIVA, S. P.; BRANDÃO, E. R. Contracepção de emergência no contexto das farmácias: revisão crítica de literatura. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 17-34, 2012.

RANG, H. P. **Rang & Dale farmacologia**. Brasil: Elsevier, 2016.

SILVA, K. R. DA et al. Planejamento familiar: importância das práticas educativas em saúde para jovens na atenção básica. **Revista Eletronica Gestão & Saúde**, v. 7, n. 1, p. 327, 2015.

STDs/STIs | . Disponível em: <http://www.ashsexualhealth.org/stdsstis/> . Acesso em: 12 out. 2018.

TRUSSELL, J.; JORDAN, B. Mechanism of action of emergency contraceptive pills. **Contraception**, v. 74, n. 2, p. 87-89, ago. 2006.

WHALEN, K.; FINKEL, R.; PANAVELIL, T. A. **Farmacologia ilustrada**. Brasil: Artmed, 2016.